



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Bahia

Campus
Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

TECNOLOGIAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ – TII

ORGANIZADORES

Lívia da Silva Modesto Rodrigues
Paulo André da Rocha Perris



Editora Poisson

Lívia da Silva Modesto Rodrigues
Paulo André da Rocha Perris
(Organizadores)

Tecnologias e Gestão do Conhecimento no Território de Identidade de Irecê – TII

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2021

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Ms. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

Msc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T255

Tecnologias e Gestão do Conhecimento no Território de
Identidade de Irecê - TII / Organização: Livia da
Silva Modesto Rodrigues, Paulo André da Rocha
Perris - Belo Horizonte - MG: Poisson, 2021

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-078-1

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Administração 2. Gestão. 3. Conhecimento
I. RODRIGUES, Livia da Silva Modesto II. PERRIS,
Paulo André da Rocha III. Título

CDD-658

Sônia Márcia Soares de Moura - CRB 6/1896

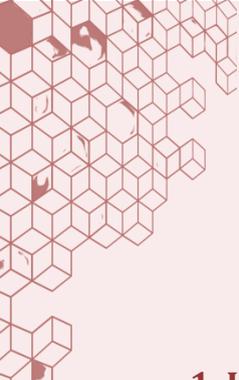


O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br



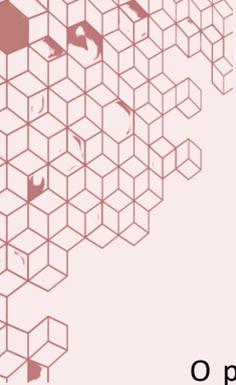
Sobre os Organizadores

1. Livia da Silva Modesto Rodrigues

Pós-doutorado realizado pela Universidade Portucalense/Universidade Salvador em Estudos Interdisciplinares sobre Políticas Públicas Promotoras de Igualdades (2019), Doutora em Geologia pela Universidade Federal da Bahia (2016), Mestre em Contabilidade pelo Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu - (2004), Especialista em Auditoria Fundação Visconde de Cairu (1998), Especialista em Impactos e Recuperação de Áreas Degradadas - Universidade Salvador (2014), Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Salvador (1993) e em Administração de Empresas - Faculdade Batista Brasileira (2007). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia e Coordenadora de Tutoria dos Cursos de Administração Pública (2015-2018) e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Possui experiência em Coordenação de Curso Superior nas modalidades Presencial e à Distância na área de Ciências Contábeis e Administração Pública.

2. Paulo André da Rocha Perris

Doutorado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco, possui Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2013). Graduação em CTRA - Curso Tecnólogo em Redes e Ambientes Operac. pela União dos Institutos Brasileiros de Tecnologia - UNIBRATEC (2007). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Educação Tecnológica - EAD, atuando principalmente nos seguintes temas: EaD, Mídias Educacionais, acessibilidade, aprendizado colaborativo, sistemas operacionais, redes de computadores, redes híbridas.



Apresentação

O principal registro das riquezas culturais, educacionais e científicas de um povo está nos diversos instrumentos disponibilizados através da escrita. Muitos trabalhos e pesquisas realizadas se perdem no tempo por falta de registro adequado e disseminação das informações e resultados obtidos. A divulgação dos resultados dos trabalhos científicos são primordiais para que os benefícios descobertos ou criados se tornem de fato usufruto da sociedade.

A proposta deste livro é ser um registro territorial de trabalhos científicos realizados por diversos pesquisadores das nossas instituições de ensino e pesquisa da região, tornando-se uma referência para futuras pesquisas e fonte histórica dos diversos acontecimentos e trabalhos realizados que influenciam e afetam o Território de Identidade de Irecê - TII.

Os trabalhos apresentados neste livro abordam pesquisas em diversas áreas do conhecimento, demonstrando a pluralidade dos temas estudados e resultados produzidos por nossos pesquisadores em nossas instituições de ensino. Assim, percebemos o potencial do Território de Irecê para a pesquisa e a inovação nas diversas áreas de conhecimento, e o quanto os resultados dos trabalhos são primordiais para o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural local.

Como propósito complementar, este livro também faz parte de um planejamento territorial que busca a implantação de um Programa de Mestrado Profissional, Interdisciplinar e Interinstitucional - envolvendo a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, DCHT Campus XVI / Irecê e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA / Irecê - com vistas a promover a pesquisa científica, inovadora, com o intuito de possibilitar transformações sociais, econômicas, políticas, científicas e culturais, formando mestres que possam contribuir com o atendimento das necessidades profissionais das diversas áreas de conhecimento que permeiam o Território de Identidade de Irecê - TII, face às demandas de qualificação e formação profissional existente.

Esta proposição visa garantir uma atuação consistente, coerente e integrada na busca do fortalecimento e da democratização do ensino superior, estando comprometidos com a redução/superação das desigualdades sociais em um território de um povo sertanejo que historicamente é desassistido de oportunidades relativas à qualificação profissional e estímulo à pesquisa científica.

Esperamos que as análises e reflexões apresentadas nesta obra possam contribuir efetivamente para o fortalecimento do Território de Identidade de Irecê - TII através dos estudos que envolvem as categorias de análise referente às **Tecnologias e Gestão do Conhecimento**.

Jeime Nunes de Andrade
Professor EBTT IFBA/Campus Irecê
Mestre em Ciência da Computação

Ana Karine Loula Torres Rocha
Universidade do Estado da Bahia – UNEB /Campus XVI
Doutora em Educação e Contemporaneidade

SUMÁRIO

Capítulo 1: Gestão em foco: colaboração, autonomia e protagonismo estudantil na difusão do conhecimento em administração através de mídias sociais 07

André de Oliveira Alves, Bruna da Silva Gomes, Ana Karine Loula Torres Rocha

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.01

Capítulo 2: Gestão na educação profissional e seus reflexos para a melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem..... 24

Ithany Felipe Alcântara da Silva, Ana Karine Loula Torres Rocha

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.02

Capítulo 3: A influência de variáveis manipuláveis em testes de usabilidade na realização de atividades computacionais envolvidas no desenvolvimento de tecnologia assistiva de baixo custo..... 41

Paulo André da Rocha Perris, Fernando da Fonseca de Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.03

Capítulo 4: Gestão socioambiental: Um estudo das ações desenvolvidas pela gestão pública do município Novo Horizonte-BA para promover a sustentabilidade socioambiental da atividade mineral no garimpo do quartzo rutilado..... 54

Manoela Fernanda Pereira da Silva, Livia da Silva Modesto Rodrigues, André Luiz Rocha de Souza, Alexandre José Alves da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.04

Capítulo 5: Bionegócios: perspectivas de desenvolvimento do território de identidade de Irecê 71

Cleiton Braga Saldanha, Jerisnaldo Matos Lopes, Karine Santiago Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.05

Capítulo 6: Implantação do parque eólico no município de Morro do Chapéu: Uma análise dos aspectos ambientais, sociais e econômicos 88

Tácio Reis Dias Pereira Valois, Livia da Silva Modesto Rodrigues

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.06

Capítulo 7: Literatura infantil: Uma análise acerca da mediação tecnológica como suporte na contações de histórias 111

Aline Silva Santos, Ediane Oliveira dos Santos, Daniela Lopes Oliveira Dourado

DOI: 10.36229/978-65-5866-078-1.CAP.07

Autores:..... 131

Capítulo 2

Gestão na educação profissional e seus reflexos para a melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem

Ithany Felipe Alcântara da Silva

Ana Karine Loula Torres Rocha

1. INTRODUÇÃO

Assim como a economia, a política e o campo social, a educação vem passando por mudanças em que todos são desafiados a encontrar novos modelos para novas situações onde os processos de gestão têm buscado a transformação de atuação das pessoas envolvidas de forma interativa e recíproca, a partir de uma óptica aberta, democrática e sistêmica.

As exigências para lidar com as novas demandas relacionadas à formação e qualificação passaram a ser cada vez maiores. Tais fatores conduziram a uma redefinição da qualificação, tanto em relação à base de conhecimentos, quanto às possibilidades formativas. Neste novo contexto houve um aumento das exigências profissionais, levando e/ou forçando as pessoas a buscarem, cada vez mais, uma maior qualificação.

Libâneo (2001, p. 349) concebe a gestão como sendo o conjunto de todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho e a avaliação de desempenho.

Para Luck (2007, p. 109),

O que se preconiza é uma nova óptica de organização e direção de instituições, tendo em mente a sua transformação e de seus processos, mediante a transformação de atuação, de pessoas e de instituições de forma interativa e recíproca, a partir de uma perspectiva aberta, democrática e sistêmica.

Caminhamos para modelos de gestão mais complexos e diferenciados, mais descentralizados, mais integrados, horizontalizados e flexíveis, baseados em grupos e equipes de trabalho que se aproximam do modelo de organização aberta e de uma abordagem contingencial, uma vez que esta abordagem afirma não ser possível estabelecer uma única forma de gerir as organizações onde cada situação requer um tipo de ação específica e não há planos, estruturas, estilos de liderança ou controles únicos padronizados em todas as situações vivenciadas pela organização. As organizações precisam identificar as diferentes formas de se estruturarem e se organizarem para as diferentes situações que vão sendo apresentadas.

A palavra qualidade tem sido amplamente utilizada relacionada em geral à eficácia, eficiência, produtividade e a competitividade, objetivando atender as

expectativas dos sujeitos, em um mercado cada vez mais diversificado e em constante atualização. Segundo (GIL, 2002), (Raquel Mattos, 2013) essas discussões não deixaram de influenciar o campo da gestão educacional nas reformas dos anos de 1990. O tema qualidade ganha ênfase no marco da reforma educacional, sendo um dos princípios orientadores da gestão escolar. Libâneo (2001, p. 54) aponta que,

A educação de qualidade é aquela que promove para todos o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, a constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para promover essa educação de qualidade este autor afirma que,

[...] O que as escolas precisam buscar, de fato, é a qualidade cognitiva das experiências de aprendizagem dos alunos [...] em consonância com as exigências sociais e educacionais contemporâneas significa prestar atenção nos conteúdos que estão sendo ensinados, na afetividade desses conteúdos para a vida prática. (LIBÂNEO, 2001, p. 56 - 57).

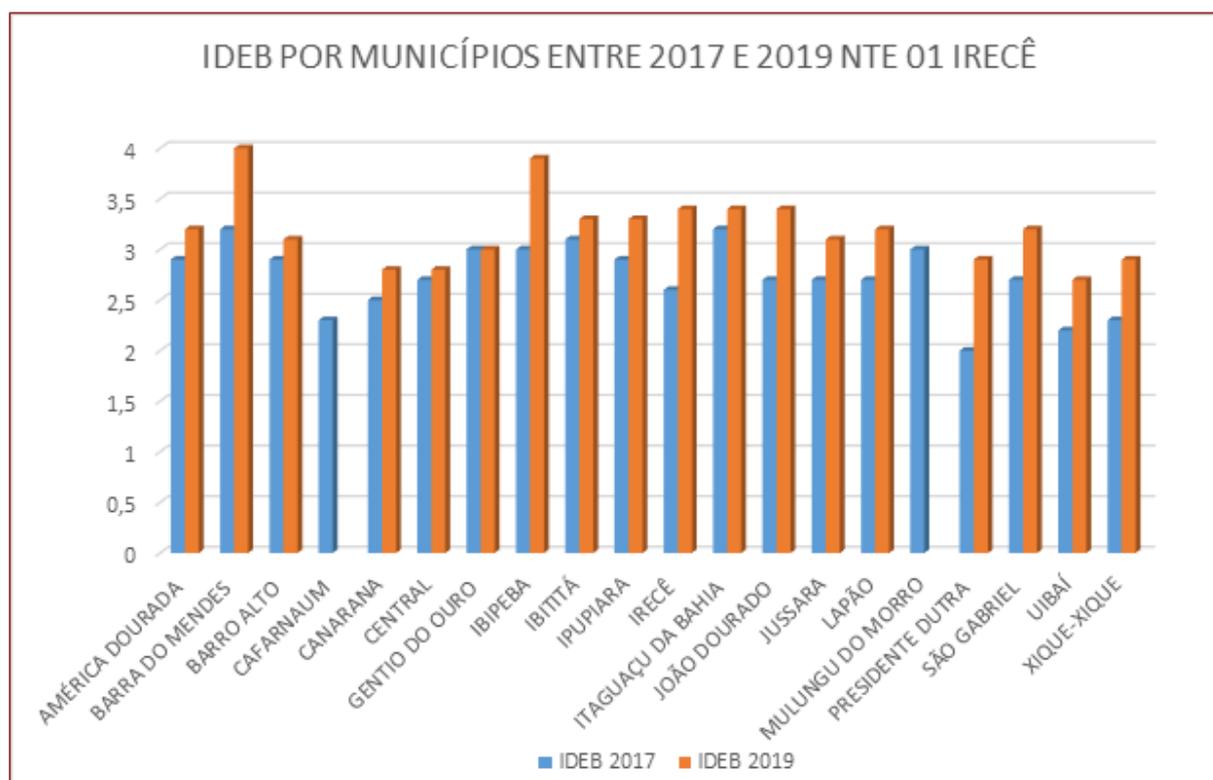
Para Novaes (2007), passou-se a atribuir à educação a responsabilidade fundamental por promover formação profissional e prover a demanda requerida pelo novo e complexo mundo do trabalho. Ainda para Novaes (2007), a relação entre educação e formação profissional adquiriu centralidade nas políticas governamentais dos países dos diversos continentes, assumindo o encargo por promover a formação de profissionais.

Neste sentido e refletindo sobre os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB 2017 de uma forma geral e em especial referente aos dados do Território de Identidade de Irecê - TII¹, que em sua totalidade estão muito abaixo da média esperada

¹ Território: o conceito adotado é “um espaço geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições –, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Referências para o apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília, 2004. p. 04-05). Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, que é reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertencem com identidade de amplia as possibilidades de coesão social e territorial. O Território de Identidade de Irecê (TII) está localizado no semiárido baiano e é

como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico: 1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica



FONTE: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - IDEB - Resultados.

É possível apontar que uma das razões para estes resultados apresentados no gráfico esteja relacionada, dentre outros fatores, à insuficiente ou má formação dos gestores educacionais. De acordo com Santos (2008, p. 10),

A formação dos gestores continuará mostrando um descompasso enorme com a gestão para a modernidade, em razão também de os referidos cursos manterem-se resistentes a mudanças, repetindo a formação do passado, quando a educação não ganhara o destaque que assume hoje no contexto das atividades sociais e profissionais, exigindo repensar o ato de educar. Acresce-se ainda que as mudanças que vêm ocorrendo no campo da gestão empresarial não podem ser ignoradas, tendo em vista a precariedade de estudos e das pesquisas educacionais e a necessidade de preparar pessoas capazes de entender o novo significado que assumem a gestão educacional e a escola dos sistemas e das escolas respectivamente.

formado por vinte municípios – América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique. (BAHIA. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Caracterização: Território Irecê. Salvador, 2012).

Percebemos a necessidade de ter à frente da gestão pública educacional um gestor e uma equipe qualificada, com formação específica sobre a gestão educacional. Diante desse contexto desenvolvemos este estudo que se configura como um estudo preliminar sobre Gestão na Educação Profissional no Estado da Bahia, e definimos enquanto objetivo deste trabalho, analisar as estratégias e processos da gestão escolar implementadas no Centro Técnico de Educação Profissional do Território de Irecê – CETEP/Irecê, no período de 2014 a 2019 e sua contribuição para melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem identificando as estratégias, processos e metodologias da gestão escolar nos âmbitos administrativos, pedagógico e relacional através de uma pesquisa.

Quanto aos aspectos metodológicos definimos quanto à natureza como uma pesquisa descritiva e exploratória de abordagem qualitativa, que é definida como um tipo de investigação voltada para os aspectos subjetivos que não podem ser traduzidos em números ou em estatísticas, a fim de compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas (GIL, 2008); (FONSECA, 2002).

Buscamos com este estudo evidenciar a importância que o gestor educacional tem dentro do ambiente educativo trazendo as especificidades inerentes ao seu trabalho, mostrar quais estratégias e processos a gestão escolar pode implementar para que uma instituição de ensino se torne uma referência e em que medida essas estratégias e processos podem contribuir para a melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem.

Este estudo está vinculado às linhas de pesquisa “Educação Profissional, Juventudes e Tecnologias” e “Gestão, Políticas Educacionais e Gestão de Territórios” do Grupo de Pesquisa GENTTES/ CNPq: Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação, Gestão e Tecnologias, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB / DCHT, Campus XVI Irecê/BA. Foi apoiado pelo Edital 023/2019, referente ao aviso nº 026/2019, publicado no D.O.E. de 20/03/2019, que trata de processo seletivo de projetos de extensão e concessão de bolsas de monitoria de extensão da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

2. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA: CEEP'S E CETEP'S

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), no Brasil, entre os anos de 2007 e 2013, houve um grande avanço no número de matrículas de educação profissional, tanto no setor público, que sai de 393.008, em 2007, e passa para 749.675, em 2013, quanto no setor privado, que sai de 387.154, em 2007, e passa para 691.376, em 2013.

De acordo com dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2014), intitulado Educação Profissional da Bahia: Geração, Gênero e Etnia, o número de matrículas de educação profissional técnica cresceu, significativamente, entre os anos de 2007 e 2013, passando de 22.337 para 88.767, considerando os sistemas Federal, Estadual, Municipal e Privada.

A organização da educação profissional na Bahia, segue a lógica da territorialização como uma estratégia de interiorização e inclusão dos estudantes e trabalhadores, fazendo parte da política de divisão territorial do Estado. A expansão por Territórios de Identidade é baseada na criação de Centros Territoriais de Educação Profissional; com essa estratégia, os jovens e trabalhadores são preparados para trabalhar em seus municípios, em seus territórios, não precisando mais migrar em busca de oportunidades em outras regiões.

O Território de Identidade de Irecê (TII) está localizado no semiárido baiano, é formado por vinte municípios e segundo dados da Secretaria do Planejamento (BAHIA, 2012), o TII apresenta características essencialmente rurais onde 69% dos estabelecimentos são constituídos de pequenas propriedades rurais e a produção agrícola contribui para a economia do território, especialmente a produção familiar. Sua população é extremamente carente, onde 59% das famílias são beneficiárias do principal programa de transferência de renda do Brasil, o Bolsa Família.

Segundo (Santos, 2001) a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Sendo assim tal modalidade de educação deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 no seu capítulo V, diz que,

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. [...] Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (LDB, 1964)

A política de educação profissional no estado da Bahia foi formulada em sintonia com as diretrizes de desenvolvimento para o Estado, definidas no Plano Plurianual², sendo construídas na perspectiva do planejamento governamental de médio e longo prazo, em consonância com as projeções de demandas socioeconômicas, sendo consideradas como área estratégica no projeto de desenvolvimento do estado. Segundo (MANFREDI, 2002).

A educação profissional pode ser apontada como um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas (MANFREDI, 2002).

O decreto nº 11.355/2008 (BAHIA, 2008), de 4 de dezembro de 2008, criou os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional. A função dos Centros Estaduais estava relacionada ao atendimento das demandas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado e se caracterizam pela oferta de educação profissional com ênfase nas seguintes modalidades:

- a) Formação inicial e continuada;
- b) Educação profissional e técnica de nível médio, nas variantes integrada e subsequente;
- c) Educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, chamado de

² O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/oque-e-o-ppa>. Acesso em: 25 fev. 2020.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA);

d) Educação profissional à distância (semipresencial);

e) Educação tecnológica.

A função dos Centros Territoriais de Educação Profissional estava vinculada à satisfação das demandas consideradas relevantes nos Territórios de Identidade do estado da Bahia e caracterizavam-se pela oferta de educação profissional, no âmbito de cada Território, nas mesmas modalidades, exceto a educação tecnológica.

Neste cenário surge o Centro Técnico de Educação Profissional do Território de Irecê – CETEP/Irecê, uma instituição de ensino técnico e pública do governo do Estado da Bahia, que apresentou índices educacionais acima da média na SAEB e no período de 2014 a 2019 houve uma maior procura de matrículas, chegando a superar a média de todo o Território Identidade de Irecê.

O CETEP implantou um modelo de gestão escolar inovadora, que fez tal instituição, em um curto espaço de tempo, se tornar recentemente um referencial em educação para todo Território Identidade de Irecê. Diante deste contexto buscamos compreender quais estratégias e processos da gestão escolar foram implementados no Centro Técnico de Educação Profissional do Território de Irecê – CETEP/Irecê para que se tornasse uma referência no Território de Identidade de Irecê-Ba (TII) e em que medida essas estratégias e processos contribuíram para a melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem.

Este levantamento nos proporcionou analisar como funciona essa instituição e a partir dessa compreensão desenvolver uma base referencial de procedimentos, estratégias, processos e de material didático que apoie os gestores e instituições de ensino a buscarem melhorias nos resultados no ensino e na aprendizagem de forma eficiente e com qualidade promovendo assim uma formação mais integral, além do desenvolvimento da educação do TII.

3. GESTÃO EDUCACIONAL: O GESTOR ESCOLAR NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES

Podemos definir a Gestão educacional como a instituição de processos técnicos e pedagógicos que propicie uma regulamentação e desenvolvimento de estratégias

efetivas para ampliar a eficácia dos processos dentro da instituição e, assim, promover uma consistente melhoria nas áreas administrativas, financeiras, pedagógicas, interpessoais e de ensino e aprendizagem. Os gestores escolares são responsáveis por um conjunto de atividades que envolvem a gestão administrativa-financeira, gestão de pessoas, gestão de materiais e infraestrutura e a gestão pedagógica.

O gestor educacional é visto pelos demais profissionais da educação como aquele responsável também pelas dimensões pedagógicas de relações humanas construídas e, dinamicamente, manifestadas nas mais diversas possibilidades de um contexto escolar. Assim, há uma forte tendência que situa a versão profissional do gestor escolar a um administrador de “mil funções”. Santos (2008, p. 14) reflete sobre esta questão, apontando que,

Um dilema, até o momento, parece-nos insolúvel: as atribuições previstas nas normas estatutárias e regimentais, embora exijam do gestor escolar maior ênfase no trabalho pedagógico (atividade-fim), acabam dando margem, na prática à predominância do administrativo- burocrático (atividade-meio) por força das tarefas rotineiras; registros de vida escolar do aluno; prontuário dos professores e funcionários, relatórios de medidas e ações propostas pelas secretarias da educação e todo tipo de levantamentos estatísticos. Acresce que para tantas tarefas, regulares ou extras, na grande maioria das escolas públicas, a infraestrutura material, financeira e humana é bastante precária.

Como percebemos no dilema apresentado por (Santos, 2008) as funções estatutárias e regimentais do gestor às vezes lhe fogem por conta da sobrecargas das “atividades-meio” tecnoburocrática porém não podemos ver a gestão educacional e seu gestor somente no desenvolvimento da prática tecnoburocrática como vem acontecendo a muito tempo, temos que tencionar o gestor para uma nova administração/gestão educacional na qual o seus agentes além do desenvolvimento do papel técnico institucional compreenda a dimensão política da sua função, segundo (Praias, 1994),

Desafia-se na administração escolar a capacidade de superar uma ação meramente técnica (administração de normas, pessoal e material), efetivando-se uma função política há muito desgastada pela atuação meramente executora das decisões de gabinete dos tecnoburocratas. A novidade da proposta reside em exigir do administrador-educador que ele compreenda a dimensão política de sua ação administrativa, que se respalda na ação colegiada, rompendo com a rotina alienada do mundo impessoal e racionalizada da burocracia, que permeia, ou melhor, cimenta a dominação das organizações modernas. Em síntese, propõe-se recuperar com vigência o papel do diretor-educador na liderança do processo educativo (PRAIAS, 1994, p. 60).

Assim, assumindo essa dimensão política da sua função que se respalda na ação colegiada que vai além do desempenho das funções técnicas o gestor educacional deve se basear no conceito de gestão democrática que envolve, além da participação dos professores, também a participação da equipe pedagógica, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar para assim ter um desempenho satisfatório do desenvolvimento educacional da instituição de ensino.

O Gestor educacional hoje tem que se respaldar na gestão democrática para o desempenho da sua função, para entendermos melhor a Gestão Democrática a Constituição Federal de 1998 no art.º 206 parágrafo VI traz os primeiros amparos legais para a prática da Gestão Democrática:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela EC n. 53/2006)
VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII – garantia de padrão de qualidade.
VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (Incluído pela EC n. 53/2006).

Como podemos observar na na Constituição Federal de 1988, art.º VI o ensino público será pauta na Gestão Democrática tendo sido esse o primeiro amparo legal, contudo mais tarde na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Brasileira (LDB – 9394/96) apresenta os princípios que norteiam a gestão democrática na educação:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A partir do que foi acima apresentado na gestão democrática todos que compõem o sistema de ensino e a comunidade escolar participam das decisões administrativas-financeiras e construções pedagógicas das instituições de ensino como a exemplo da elaboração e cumprimento do Projeto Político Pedagógico da instituição e atividades que

impactam no desenvolvimento educacional dos estudantes, tal participação nesses processos acarretam em uma transparência de ações e atos em todos os aspectos e tudo isso segundo (Brasil, 2004) “possibilita à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar.”

A Gestão democrática tem um papel social para mudar o atual cenário e transformar nossas relações com as escolas e instituições educativas; esse modelo de gestão abre um espaço de escuta e participação proporcionando o exercício da democracia e da autonomia contrapondo às políticas neoliberais, como afirma Dourado, 2006:

[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2006, P.79).

Para este autor a gestão democrática não é só um processo de aprendizado, mas sim de luta política quando abrimos canais de participação e (re)construção das estruturas e espaços de decisões políticas, econômicas, sociais e culturais.

4. METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante destacar que este é um estudo que se configura como preliminar sobre gestão na educação profissional no Estado da Bahia e seus reflexos na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, onde definimos etapas a serem executadas e previsão de conclusão no formato de trabalho de conclusão de curso.

No decorrer deste processo refletiremos e buscamos a melhor forma de desenvolver a pesquisa visando à construção e execução de métodos que pudessem responder ao problema de pesquisa definido para este trabalho: *Quais estratégias e processos da gestão escolar foram implementados no Centro Técnico de Educação Profissional do Território de Irecê – CETEP/Irecê, para que se tornasse uma referência no Território de Identidade de Irecê-Ba (TII)? E em que medida essas estratégias e processos contribuíram para a melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem?*

Para responder ao problema de pesquisa utilizamos quanto à natureza a pesquisa descritiva e exploratória de abordagem qualitativa, que é definida como um tipo de investigação voltada para os aspectos subjetivos que não podem ser traduzidos em números ou em estatísticas, a fim de compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas, ou seja, utiliza-se de uma investigação qualitativa de uma determinada questão (GIL, 2008); (FONSECA, 2002). Preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (FONSECA, 2002).

Minayo (2009) amplia esta visão quando nos diz que a pesquisa qualitativa,

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Tendo a pesquisa se desencadeado por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória optou-se por utilizar o estudo de caso como método de pesquisa, pois o mesmo se aproxima do objetivo.

O estudo de caso pode ser definido como o estudo de um determinado objeto, instituição, programa, sistema educativo ou uma unidade social (FONSECA, 2002). Como método de pesquisa propõe conhecer seu objeto de estudo de uma maneira muito aprofundada a fim de elucidar coisa antes não vistas de um objeto que se diz único, busca identificar o que é essencial e característico para aquele objeto que, conforme (YIN 2010, p.39), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto são claramente evidentes.”. A partir disso o pesquisador manifesta em sua ótica os resultados obtidos nos estudos sobre determinado objeto tal como ele percebe.

Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador (GIL, 2002, p. 140). No processo de identificação e

compreensão dos dados e informações passamos por análises, reflexões e interpretações, sempre buscando a melhor maneira de decodificar as informações coletadas para não cair na falsa certeza de ter conclusões próprias e precipitadas do pesquisador como expõe GIL (2002).

Um dos maiores problemas na interpretação dos dados no estudo de caso deve-se à falsa sensação de certeza que o próprio pesquisador pode ter sobre suas conclusões. Embora esse problema possa aparecer em qualquer outro tipo de pesquisa, é muito mais comum no estudo de caso (GIL, 2002, p. 141).

Tendo esse cuidado, como explica Gil (2002) é necessário ordenar e encontrar a melhor maneira de trabalhar os dados obtidos fazendo assim, após sua tabulação e organização, a melhor relação entre a pesquisa e os resultados obtidos. De acordo com Yin (2005), “[...] a análise dos dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar, ou do contrário, recombinar evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo” de modo a conseguir interligar suas informações obtidas a o interesse do trabalho.

O estudo de caso é uma verdadeira construção e desconstrução constantes até identificar a melhor maneira de utilizar os dados e informações obtidas na coleta de maneira que tais informações representam o objeto de pesquisa verdadeiramente.

A partir da problemática elencada até aqui e dos dados e informações apresentadas foi possível perceber através da observação a grande importância de compreendermos sobre a gestão educacional e sua relação com a qualidade dos resultados obtidos.

Este trabalho tem, como locus de pesquisa, o CETEP/Irecê, e, como participantes do estudo os sujeitos envolvidos na gestão administrativa e pedagógica da referida instituição no período de 2014 a 2019, totalizando 14 sujeitos, definidos por adesão (a opção de participação foi livre aos que têm interesse em colaborar). Esta escolha deu-se em função do aumento de matrículas e dos índices positivos do SAEB nas datas supracitadas, chegando a superar a média de todo o TII.

Utilizamos diversos dispositivos de levantamentos de informações, tais como análise documental, imagens, observação, questionário, entrevista, utilização de ferramentas como *google forms*, dentre outros, a fim de conseguirmos realizar uma coleta de informações que possibilitasse chegar às respostas dos questionamentos

elencados até aqui, buscando dados confiáveis e relevantes para este estudo.

Um dos fatores apontados nos dados obtidos no decorrer da pesquisa é que parte da precariedade do ensino estava ligada às ações e estratégias dos gestores educacionais como foi exposto na 2ª etapa da semana pedagógica da rede estadual ocorrido em agosto de 2018 no Instituto Anísio Teixeira IAT/SEC-BA. Tais gestores e suas equipes enfrentam problemas pela inadequada e/ou insuficiente capacitação e formação continuada.

Considera-se que a formação do gestor escolar, ou a falta da mesma, tem implicações positivas ou negativas na organização do trabalho pedagógico e administrativo das escolas, podendo influenciar nos seus resultados. Segundo Lück (2000, p. 29),

Não se pode esperar mais que os dirigentes escolares aprendam em serviço, pelo ensaio e erro, sobre como resolver conflitos e atuar convenientemente em situações de tensão, como desenvolver trabalho em equipe, como monitorar resultados, como planejar e implementar o projeto político pedagógico da escola, como promover a integração escola-comunidade, como criar novas alternativas de gestão, como realizar negociações, como mobilizar e manter mobilizados atores na realização das ações educacionais, como manter um processo de comunicação e diálogo abertos, como estabelecer unidade na diversidade, como planejar e coordenar reuniões eficazes, como articular interesses diferentes, etc. Os resultados da ineficácia dessa ação são tão sérios em termos individuais, organizacionais e sociais, que não se pode continuar com essa prática. A responsabilidade educacional exige profissionalismo. (LÜCK 2000, p. 29).

Assim, diante deste cenário, foi possível perceber através de visitas técnicas e observação a necessidade de desenvolver capacitação e formação continuada aos gestores educacionais tendo em vista a melhoria do ensino e aprendizagem, pois de acordo com Libâneo (2008), o funcionamento da escola interfere nos resultados dos alunos e, por consequência, na qualidade da escola. Assim alguns pontos devem ser considerados e observados pelo gestor escolar no exercício de sua função, que deve ser pautado na busca da qualidade do ensino/aprendizagem.

Devemos observar as experiências que deram certo, investigar tal prática, tornando-a referência para outros contextos e colaborando na construção de novos caminhos. Atualmente há uma carência por formação continuada para gestores e um número reduzido de possibilidade formativas a exemplo da Escola de Gestores, do MEC, que teve início em 2005 e a Capacitação a Distância para Gestores Escolares – PROGESTÃO criado pelo Conselho dos Secretários de Estado da Educação – CONSED a partir de 2001.

Esta pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento com previsão de conclusão na defesa de monografia da graduação prevista para acontecer em 2022.1, portanto, os resultados aqui apresentados são ainda parciais e preliminares.

5. CONCLUSÕES

Consideramos que para exercer a função de gestor escolar é necessário bem mais que “ser escolhido pela comunidade escolar”, isso significa dizermos que, para estar à frente da gestão de uma instituição educativa são necessários conhecimentos específicos como lidar com recursos financeiros, planejamento estratégico e conhecimentos tecnológicos e administrativos, além é claro, pedagógicos. Segundo Libâneo (2004),

O diretor de escola é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores (setor administrativo, setor pedagógico, secretaria, serviços gerais, relacionamento com a comunidade, etc.). [...] as funções do diretor são, predominantemente, gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativo e existem em função do campo educativo (p. 217).

A partir de informações obtidas sobre a importância da gestão escolar para a melhoria do ensino, aprendizagem e qualidade na educação, buscamos com esta pesquisa evidenciar a importância que o gestor educacional tem dentro do ambiente educativo trazendo as especificidades inerentes ao seu trabalho e buscando mostrar quais estratégias e processos a gestão escolar pode implementar para que uma instituição de ensino se torne uma referência e em que medida essas estratégias e processos podem contribuir para a melhoria dos resultados no ensino e na aprendizagem.

A partir desta análise problematizamos a partir da discussão sobre a formação do gestor, pois as instituições de ensino necessitam ter a frente da gestão administrativa, pedagógica e relacional um gestor e sua equipe preparados para lidar com as adversidades do ambiente escolar, analisar as condições observadas em espaços profissionais com base nos conhecimentos adquiridos e sendo capazes de propor soluções para os problemas identificadas.

REFERÊNCIAS

- [1] Alves-Mazzotti, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cad. Pesquisa. [online]. 2006, vol.36, n.129, pp.637-651. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/7wscsg>> acessado em: 22 de julho de 2019.
- [2] BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. (acesso em: 13 de julho de 2020)
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB/ CEAD, 2004. (acesso em: 13 de julho de 2020)
- [4] BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei 9394, 20 de dezembro de 1996.
- [5] DOURADO, Luiz F. **A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- [6] Fonseca, **Metodologia da Pesquisa Científica**. PPGEA, v.1, 2002. Disponível em:<<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo20121/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>> acessado em: 19 de julho de 2019.
- [7] Gil, Antônio Carlos, 1946 **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- [8] Gil, Raquel Mattos, **O Papel do Gestor Escolar na Melhoria da Qualidade da Educação**. Cad. PDE. V 1, 2013 Disponível em: <<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1631>> acessado em: 19 de julho de 2019.
- [9] LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- [10] LIBÂNEO J. C. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo. Cortez. 2008.
- [11] LÜCK, H. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2a ed Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1998.
- [12] LÜCK, H. **A Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. In: Em Aberto, nº 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores), jun. de 2000.
- [13] LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- [14] MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- [15] MENEZES, Ebenezer Takuno de SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete educação profissional. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/educacao-profissional/>. Acesso em: 25 de fev. 2020.
- [16] ROCHA, Ana Karine Loula Torres. **Educação Profissional na Bahia: Representações sociais dos egressos no Território de Identidade de Irecê**. 2019. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

- [17] PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração Colegiada na Escola Pública**. 3^a ed. Campinas - SP: Papires, 1994.
- [18] SANTOS, Clóvis Roberto dos. **A gestão educacional e escolar para a modernidade**. São Paulo: **Cengage Learning**, 2008.
- [19] VIANA, A. L. **Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas**. Caderno de pesquisa. Unicamp, São Paulo, n.05, 1988.